



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento União Paraná/São Paulo -
Sicredi União PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY
Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
Maringá / PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



EY

Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, o como buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento, desenvolvimento e consolidação

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, em busca do propósito de promover o desenvolvimento socioeconômico nas comunidades, em sintonia com a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Em um ano tão diferente de todos, nos mantivemos firmes nos nossos valores e crenças, no comprometimento que temos com nossos associados e com a comunidade, além de uma vontade contínua de fazer a diferença na vida das pessoas. O Ano de 2020 foi desafiador, mas ao mesmo tempo de grandes aprendizados e realizações, foi neste ano que também encerrarmos o Ciclo do Planejamento Estratégico 2016 – 2020, e é um orgulho poder anunciar que atingimos todos os objetivos estratégicos propostos para o período. Chegamos a 381 mil Relacionamentos, sendo 228 mil associados, 133 mil poupadore e 20 mil co-titulares; em Ativos Totais (Ativos Contábeis, Poupança, Fundos, Previdência, LCA e Operações via BNDES) atingimos 7,6 bilhões; o Patrimônio Líquido totalizou 565 milhões e chegamos a 110 Agências na área de atuação da Cooperativa que compreende 109 municípios, sendo 75 municípios no estado do Paraná e 34 municípios no estado de São Paulo. Estes números nos levaram a alcançar a nossa Visão 2020: Estar entre as três maiores cooperativas de crédito e investimento do Brasil.

Também contribuímos para fomentar a economia, com o programa Eu Cooperco com a Economia Local, e disponibilizamos aos associados pessoas jurídicas recursos para crédito emergencial dos programas Pronampe e PAC, sendo uma das instituições financeiras que mais operou essa modalidade de crédito. Além da atuação na esfera econômica a Cooperativa também tem voltado a sua atenção para o pilar Social, que vão desde ações para educação com o Programa Cooperação na Ponta do Lápis e o Programa União Faz a Vida, projetos culturais e sociais com os programas Eu Cooperco com a Inclusão, Arvore Solidária e a Campanha União Solidária, entre outras iniciativas que vêm contribuindo para capacitar e desenvolver a comunidade.

Além destas iniciativas, demos especial atenção ao Agronegócio tornando as operações de crédito mais ágeis e desburocratizadas, outro fato importante foi a inauguração do Espaço CoopConecta na cidade de Londrina-PR no dia 25 de setembro de 2020, na data do 35º aniversário de fundação da Cooperativa. O Espaço CoopConecta foi idealizado para gerar uma nova experiência à comunidade, pois além de um espaço para atendimento exclusivo aos associados, disponibilizamos uma loja de conveniência, cafeteria, livraria, espaço coworking, salas de reuniões e uma arena de eventos.

Estes e outros resultados da cooperativa estão sendo apresentados aos associados por meio das Assembleias de Núcleos, que acontecem de janeiro a março de 2021. Estas são de formas presenciais e/ou online, sendo que as Assembleias de Núcleos presenciais seguem rigorosamente todas as determinações emanadas pelos órgãos competentes, respeitando o distanciamento social e o número de participantes estipulados pelos decretos municipais.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. A Cooperativa Sicredi União PR/SP esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e assim, mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco ao nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo, assinatura eletrônica) viabilizaram muitas de nossas demandas. Estes são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos, que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Cooperco com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

Tudo o que construímos até aqui, serve para pavimentar o novo ciclo estratégico 2021/2023, o qual privilegia a Experiência Cooperativa e a Excelência Operacional para que a filosofia cooperativista seja cada vez mais relevante na vida das pessoas. Para que isso aconteça, é preciso ter a energia que nos conecta com as pessoas, com os negócios e com a comunidade. É fortalecendo conexões que seguimos carregando as raízes da nossa essência cooperativa. Esse é o espírito que buscamos para os próximos anos, começando por 2021 e seguindo até nossos novos horizontes, consolidando o propósito do novo ciclo estratégico de Construir Juntos uma Sociedade mais Próspera.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		5.405.149	3.682.327	PASSIVO		4.839.777	3.214.694
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	38.302	62.034	DEPÓSITOS	(Nota 12)	3.284.064	2.132.629
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		5.166.795	3.452.606	Depósitos à vista		804.689	473.305
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	46.426	123.254	Depósitos interfinanceiros		241.186	147.334
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	64.240	-	Depósitos a prazo		2.238.189	1.511.990
Centralização financeira	(Nota 04)	2.063.838	867.432	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.262.399	866.916
Relações interfinanceiras ativas		918	1.177	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	1.234.369	842.601
Operações de crédito	(Nota 07)	2.796.684	2.302.517	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	14.908	14.831
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	194.689	158.226	Obrigações por repasses	(Nota 15)	4.010	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(110.772)	(120.375)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	9.112	9.484
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	73.499	77.979	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	4.534	4.074
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	62.559	61.062	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	288.780	211.075
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	159.258	132.614				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	15.508	16.407	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	565.372	467.633
TOTAL DO ATIVO		5.405.149	3.682.327	CAPITAL SOCIAL		276.325	249.418
				RESERVAS DE SOBRAS		280.512	214.560
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		8.535	3.655
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.405.149	3.682.327

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	209.400	429.943	423.024
Operações de crédito	(Nota 07) 208.700	427.124	421.920
Resultado títulos e valores mobiliários	636	2.676	882
Resultado das aplicações compulsórias	64	143	222
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(70.513)	(177.500)	(212.330)
Operações de captação no mercado	(24.567)	(56.310)	(83.513)
Operações de empréstimos e repasses	(28.266)	(53.421)	(44.516)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07) (17.680)	(67.769)	(84.301)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	138.887	252.443	210.694
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(66.402)	(147.319)	(137.819)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	72.262	129.924	104.325
Rendas de tarifas bancárias	19.567	37.886	34.760
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 23) (69.013)	(134.746)	(123.270)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 24) (74.686)	(149.481)	(143.108)
Dispêndios e despesas tributárias	(2.436)	(4.554)	(5.497)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 25) 33.664	61.122	71.554
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 26) (45.760)	(87.470)	(76.583)
RESULTADO OPERACIONAL	72.485	105.124	72.875
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.904	2.295	(1.030)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	75.389	107.419	71.845
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	329	(4.497)	(4.663)
Provisão para Imposto de Renda	263	(2.771)	(2.889)
Provisão para Contribuição Social	66	(1.726)	(1.774)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(10.050)	(17.854)	(13.118)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	65.668	85.068	54.064

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP

CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	194.531	144.259	34.318	4.417	377.525
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	4.406	-	-	(4.406)	-
Outras destinações	-	-	-	(11)	(11)
Capital de associados					
Aumento de capital	48.650	-	-	-	48.650
Baixas de capital	(11.098)	-	-	-	(11.098)
Resultado do período	-	-	-	54.064	54.064
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.218)	(1.218)
Juros sobre o capital próprio	12.929	-	-	(13.208)	(279)
Reserva legal - Estatutária	-	17.056	-	(17.056)	-
Reserva de Expansão	-	-	2.437	(2.437)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	16.490	(16.490)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	249.418	161.315	53.245	3.655	467.633
Mutações do Período	54.887	17.056	18.927	(762)	90.108
Saldos no início do período em 01/01/2020	249.418	161.315	53.245	3.655	467.633
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	3.635	-	-	(3.635)	-
Outras destinações	-	-	-	(20)	(20)
Capital de associados					
Aumento de capital	34.499	-	-	-	34.499
Baixas de capital	(18.818)	-	-	-	(18.818)
Resultado do período	-	-	-	85.068	85.068
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.845)	(2.845)
Juros sobre o capital próprio	7.591	-	-	(7.736)	(145)
Reserva legal - Estatutária	-	39.827	-	(39.827)	-
Reserva de Expansão	-	-	5.690	(5.690)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	20.435	(20.435)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	276.325	201.142	79.370	8.535	565.372
Mutações do Período	26.907	39.827	26.125	4.880	97.739
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	257.643	161.315	53.245	19.400	491.603
Capital de associados					
Aumento de capital	23.293	-	-	-	23.293
Baixas de capital	(12.202)	-	-	-	(12.202)
Resultado do período	-	-	-	65.668	65.668
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.845)	(2.845)
Juros sobre o capital próprio	7.591	-	-	(7.736)	(145)
Reserva legal - Estatutária	-	39.827	-	(39.827)	-
Reserva de Expansão	-	-	5.690	(5.690)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	20.435	(20.435)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	276.325	201.142	79.370	8.535	565.372
Mutações do Período	18.682	39.827	26.125	(10.865)	73.769

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

	01/07/2020 a 31/12/2020	(Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	49.475	94.980	99.386	
Resultado do semestre/exercício	65.668	85.068	54.064	
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(16.193)	9.912	45.322	
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(24.834)	(9.603)	30.313	
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(23)	8	(113)	
Depreciação e amortização	10.642	20.499	15.054	
Baixas do ativo permanente	776	1.393	429	
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	91	460	857	
Destinações ao FATES	(2.845)	(2.845)	(1.218)	
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	503.594	1.111.312	57.278	
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	32.662	76.828	(115.372)	
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(64.240)	(64.240)	-	
Redução em relações interfinanceiras ativas	31.474	259	356	
(Aumento) em operações de crédito	(285.680)	(494.167)	(393.504)	
Aumento em relações interfinanceiras passivas	192.066	391.768	117.316	
(Aumento) em outros ativos financeiros	(43.432)	(36.463)	(33.109)	
(Aumento) Redução em outros ativos	1.828	4.472	(21.839)	
Aumento em depósitos	526.867	1.151.435	474.984	
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(1.238)	(372)	1.348	
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.081	4.087	(6.589)	
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(1.218)	(1.472)	
Aumento em outros passivos	112.206	78.923	35.159	
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	553.069	1.206.292	156.664	
Aquisição de investimentos	-	(1.497)	(10.867)	
Aquisição de imobilizado de uso	(28.039)	(43.375)	(62.192)	
Aplicações no intangível	(2.441)	(4.262)	(2.580)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(30.480)	(49.134)	(75.639)	
Integralização de capital	23.293	34.499	48.650	
Baixa de capital	(12.202)	(18.818)	(11.098)	
Juros ao capital próprio	(145)	(145)	(279)	
Distribuição de Sobras	-	(20)	(11)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	10.946	15.516	37.262	
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	533.535	1.172.674	118.287	
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.568.605	929.466	811.179	
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	2.102.140	2.102.140	929.466	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	65.668	85.068	54.064
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	65.668	85.068	54.064

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 25/09/1985 e sede situada na Rua Santos Dumont, 2720 - Sobrelôja, na cidade de Maringá - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 110 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Expositiva; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativa possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	38.302	62.034
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	2.063.838	867.432
Total	2.102.140	929.466

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Banco e Cooperativa	-	519	45.907	46.426	123.254	
Total	-	519	45.907	46.426	123.254	
Total circulante			519		-	
Total não circulante			45.907		123.254	

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019 Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Títulos de renda fixa - outros	754	21.961	42.010	64.725	-	
(-) Provisão de desvalorização	(8)	(201)	(276)	(485)	-	
Total	746	21.760	41.734	64.240	-	
Total circulante				22.506	-	
Total não circulante				41.734	-	

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019 Total da carteira	
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	24.308	192.956	380.771	905.412	1.503.447	
Financiamentos	640	18.412	72.412	173.913	265.377	
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.193	60.611	520.827	443.229	1.027.860	
Total das operações de crédito	28.141	271.979	974.010	1.522.554	2.796.684	
Avisos e fianças honrados	438	2	5	11	456	
Devedores por compra de valores e bens	208	1.301	4.004	9.675	15.188	
Títulos e créditos a receber	-	124.250	39.443	66	163.759	
Total de outros créditos	646	125.553	43.452	9.752	179.403	
Carteira total	28.787	397.532	1.017.462	1.532.306	2.976.087	
Total circulante				1.443.781	1.444.629	
Total não circulante				1.532.306	1.002.945	

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	161.210	483	-	-
A	0,50	1.695.878	1.219.313	8.466	6.097
B	1,00	722.168	729.719	7.214	7.298
C	3,00	203.472	277.997	6.098	8.340
D	10,00	76.945	86.857	7.694	8.686
E	30,00	32.488	40.660	9.746	12.198
F	50,00	15.307	18.752	7.653	9.376
G	70,00	15.726	18.042	11.008	12.629
H	100,00	52.893	55.751	52.893	55.751
Total		2.976.087	2.447.574	110.772	120.375

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 282.302 (dezembro de 2019 - R\$ 210.392) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 4.921 (dezembro de 2019 - R\$ 4.755) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019 Total da Carteira	
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	18.203	210.174	240.447	560.001	1.028.825	
Rural	3.193	60.611	520.827	443.229	1.027.860	
Industrial	125	9.814	13.879	31.930	55.748	
Comércio	3.170	41.205	84.449	164.083	292.907	
Outros serviços	4.096	75.728	157.860	333.063	570.747	
Total	28.787	397.532	1.017.462	1.532.306	2.976.087	
Total circulante				1.443.781	1.444.629	
Total não circulante				1.532.306	1.002.945	

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	181.446	6,10	131.051	5,35
50 devedores seguintes	179.763	6,04	165.265	6,75
100 devedores seguintes	189.221	6,36	153.525	6,27
Demais	2.425.657	81,50	1.997.733	81,63
Total	2.976.087	100,00	2.447.574	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	120.375	90.062
Constituição de provisão	145.865	151.139
Reversão de provisão	(78.096)	(66.838)
Movimentação de baixados para prejuízo	(77.372)	(53.988)
Saldo final	110.772	120.375

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	143.992	307.434	329.027
Financiamentos	11.017	22.277	14.882
Financiamentos rurais e agroindustriais	35.375	67.298	55.886
Outros	120	158	237
Subtotal	190.504	397.167	400.032
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	18.196	29.957	21.888
Total	208.700	427.124	421.920

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 274.990 (2019 - R\$ 219.277).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	163.759	131.446
Rendas a receber	8.283	6.230
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	15.188	11.765
Avalias e fiancas honradas (Nota 07)	456	1.846
Operações com cartões	3.219	1.739
Devedores por depósitos em garantia	3.784	5.200
Total	194.689	158.226
Total circulante	181.153	145.566
Total não circulante	13.536	12.660

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	54.410	57.853
Adiantamentos e antecipações salariais	3.796	3.160
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	8.190	11.059
Adiantamentos para Confederação Sicredi	2.800	2.906
Impostos e contribuições a compensar	129	104
Pendências a regularizar	1.533	1.458
Outros	2.641	1.439
Total circulante	73.499	77.979

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	54.238	57.776
Imóveis	53.492	57.236
Veículos e afins	618	360
Máquinas e equipamentos	128	180
Material em estoque	239	274
Despesas antecipadas	174	36
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(241)	(233)
Total circulante	54.410	57.853

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(233)	(346)
Constituição de provisão	(36)	(101)
Reversão de provisão	28	214
Saldo final	(241)	(233)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	39.346	38.957
Sicredi Participações S.A.	23.211	22.103
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	62.559	61.062

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	7.529.397 ON 15.681.689 PN	7.529.397 ON 15.681.689 PN	2	2	39.346.197	38.956.926
Percentual de participação	1,97%	2,20%	1,24%	1,24%	12,34%	12,29%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	23.211	22.103	2	2	39.346	38.957

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	-	217.342	(58.084)	159.258	132.614	
Imobilizações em curso	-	39.267	-	39.267	12.219	
Terrenos	-	28.866	-	28.866	28.455	
Edificações	4%	8.470	(1.578)	6.892	7.199	
Instalações	10%	31.444	(12.322)	19.122	20.978	
Benefeitorias em imóveis de terceiros	10%	29.931	(10.017)	19.914	19.602	
Móveis e equipamentos	10%	34.102	(11.564)	22.538	25.668	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	9.632	(3.685)	5.947	5.910	
Equipamentos de processamento de dados	20%	31.525	(16.757)	14.768	11.933	
Veículos	20%	4.105	(2.161)	1.944	650	
Intangível		39.508	(24.000)	15.508	16.407	
Investimentos Confederação		39.508	(24.000)	15.508	16.407	

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				Total
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos à vista	804.689	-	-	804.689	473.305
Depósitos interfinanceiros	160.647	67.902	12.637	241.186	147.334
Depósitos a prazo	20.898	85.845	2.131.446	2.238.189	1.511.990
Total	986.234	153.747	2.144.083	3.284.064	2.132.629
Total circulante				1.139.981	575.937
Total não circulante				2.144.083	1.556.692

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse interfinanceiros	1.234.368	842.599
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	2
Total	1.234.369	842.601

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	60.469	543.029	480.077	1.083.575	842.599
Total - Recursos do Crédito Rural	60.469	543.029	480.077	1.083.575	842.599
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	414	-	150.379	150.793	-
Total - Outros Recursos	414	-	150.379	150.793	-
Total	60.883	543.029	630.456	1.234.368	842.599
Total circulante				603.912	499.968
Total não circulante				630.456	342.631

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 07/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	85	14.823	14.908	14.831
Total	-	85	14.823	14.908	14.831
Total circulante				85	9
Total não circulante				14.823	14.822

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	296	1.169	2.545	4.010	-
Total	296	1.169	2.545	4.010	-
Total circulante				1.465	-
Total não circulante				2.545	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.921	4.755
Recursos em trânsito de terceiros	4.179	4.726
Recursos vinculados a operações de crédito	12	3
Total circulante	9.112	9.484

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	3.272	3.057
Cível	Provável	1.262	1.017
Total não circulante		4.534	4.074

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	3.057	1.505	(1.290)	3.272
Cível	1.017	1.745	(1.500)	1.262
Total não circulante	4.074	3.250	(2.790)	4.534

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 9.262; R\$ 3.940; R\$ 1.871 (dezembro de 2019 - R\$ 10.895, R\$ 2.192 e R\$ 877), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	161.360	126.811
Provisão para pagamentos a efetuar	13.834	12.767
Cotas de capital a pagar	15.925	6.565
Provisão para participações nos lucros	18.492	13.727
Fundo de assistência técnica, educacional e social	2.845	1.218
Impostos e contribuições a recolher	6.044	6.239
Credores diversos	21.390	16.173
Cheques administrativos	48.532	26.443
Cobrança e arrecadação de tributos	14	853
Pendências a regularizar	344	279
Total Circulante	288.780	211.075

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	276.325	249.418
Total de associados	248.070	251.998

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 26.907 (2019 – R\$ 54.887), sendo R\$ 11.226 (2019 – R\$ 17.335) via integralização de resultados e R\$ 34.499 (2019 – R\$ 48.650), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 18.818 (2019 – R\$ 11.098).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3% em Conta Capital, no montante de R\$ 7.736, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 70% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 10% para a Reserva de Expansão, destinada aos custos operacionais e administrativos para expansão da cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva de Expansão conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 2.821 (R\$ 0 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 21 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	107.419	71.845
Participação nas sobras	(17.584)	(13.118)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	89.565	58.727
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(35.826)	(23.491)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	28.104	13.555
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	3.095	5.283
Demais adições e exclusões previstas na legislação	130	(10)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.497)	(4.663)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	27	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	46.426	123.254
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	64.240	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	2.063.838	867.432
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	7.082	4.813
Outros ativos (Nota 09)	2.800	3.844
Investimentos (Nota 10)	62.559	61.062
Intangível (Nota 11)	15.508	16.407
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	241.186	147.334
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	1.234.368	842.599
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	14.908	14.831
Outros passivos (Nota 18)	151.565	124.491
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	2.676	882
Ingressos e receitas de prestação de serviços	35.694	26.628
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	37.383	51.731
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 20)	2.821	-
Despesas		
Operações de captação no mercado	5.777	6.083
Operações de empréstimos e repasses	53.351	44.516
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	8.971	11.680
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	42.505	43.220

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	392	0,05%	358
Depósitos a prazo	4.128	0,18%	3.063
Operações de crédito	5.252	0,19%	5.898

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	9.596	8.378

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	38.593	77.010	71.142
Benefícios	14.861	28.769	23.382
Encargos sociais	15.065	27.813	24.373
Treinamentos	494	1.154	4.373
Total	69.013	134.746	123.270

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	1.516	3.233	3.230
Aluguéis	7.300	14.295	12.819
Comunicação	2.546	4.954	5.632
Mantenção e conservação	4.245	8.188	7.232
Material de expediente	1.402	2.522	2.483
Processamento dados	3.325	6.289	5.120
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	8.073	18.439	22.974
Serviços do sistema financeiro	6.376	12.751	12.112
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	15.691	27.095	19.831
Serviços de vigilância e segurança	4.857	9.875	8.733
Serviços de transportes	2.803	5.856	6.657
Depreciação	7.676	15.337	10.960
Amortização (Rateio Confederação)	2.966	5.162	4.094
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	499	2.036	2.654
Emolumentos e taxas diversas	1.712	3.372	3.220
Outras despesas administrativas	3.699	10.077	15.357
Total	74.686	149.481	143.108

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	-	1.218	1.472
Recuperação de encargos e despesas	2.487	5.593	5.927
Ingressos depósitos intercooperativos	18.747	35.953	50.343
Reversão de provisões operacionais	4.130	6.021	7.484
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.207	3.711	2.058
Reversão de provisões para passivos contingentes	1.774	2.790	3.428
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	3.981	3.981	-
Outras rendas operacionais	1.338	1.855	842
Total	33.664	61.122	71.554

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7.555	14.348	10.003
Contribuições Cooperativistas	108	215	207
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	494	2.848	5.330
Contribuição Confederação Sicredi	16.918	32.053	29.258
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.599	3.199	3.414
Encargos da administração financeira	3	10	256
Repasso Administradora de Cartões	-	549	1.376
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.056	3.879	2.006
Provisões para passivos contingentes	1.865	3.250	4.285
Outras provisões operacionais	2.352	4.500	4.106
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	9.163	13.967	8.722
Risco operacional	2.274	4.013	2.177
Juros e comissões	5	201	1.234
Outras despesas operacionais	2.368	4.438	4.209
Total	45.760	87.470	76.583

NOTA 27 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	65.668	85.068	54.064
Eventos não recorrentes	-	2.821	-
Resultado recorrente	65.668	82.247	54.064

NOTA 28 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	282.236	210.312
Coobrigações em cessões de crédito	66	80
Total	282.302	210.392

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Límites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	549.864	451.226
Nível I (NI)	549.864	451.226
Capital principal - CP	549.864	451.226
Capital social	276.325	249.418
Reservas de capital	280.512	214.560
Lucros acumulados	8.535	3.655
Ajustes Prudenciais	(15.508)	(16.407)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	3.531.792	2.763.278
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.985	12.709
Margem de Capital	221.187	148.372
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,57%	16,33%
Situação de Imobilização (Imob)	159.260	132.615
Índice de Imobilização (Imob / PR)	28,96%	29,39%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rogerio Machado
Diretor Executivo
CPF: 556.850.300-10

Walter Luiz Silva
Diretor de Operações
CPF: 556.349.749-68

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Maringá / Paraná, 26 de fevereiro de 2021.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Arnaldo Pastre
Conselheiro

Beatriz Emi Tamura
Conselheiro

Jose Willami Da Silva
Conselheiro